EDUCAÇÃO DO CAMPO

DIRETRIZES PEDAGÓGICAS E OPERACIONAIS

2025



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Educação

Geaciq - Gerência de Educação Antirracista, do Campo, Indígena e Quilombola

PRESSUPOSTOS

Voltar ao índice

1. PRESSUPOSTOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO



No Brasil, a educação escolar esteve por muitos anos relacionada às politicas públicas que tratavam o urbano como o único modelo e o rural como adaptação a ele, num contexto de disputas pelo controle do direcionamento do desenvolvimento do país, em que deveria ocorrer a passagem de um modelo agrário-exportador para urbano-industrial. Nessa visão urbanocêntrica, o meio rural era uma realidade atrasada e provisória, que desapareceria com o processo homogeneizador de urbanização. Além disso, como herança escravocrata, havia uma visão hegemônica que não era necessário estudar para viver no Campo.

A partir dos anos de 1980, a população campesina intensificou a luta pelo direito a uma educação própria, que tratasse dos desafios da modernidade postos aos jovens e adolescentes camponeses, tais como os problemas do êxodo rural e da novas tecnologias. Passou também a questionar a educação rural e os estereótipos relacionados a ruralidade. Por isso, adotou-se na legislação brasileira o termo Campo, no sentido mais amplo que rural, não apenas como oposto ao urbano, mas sim como território de produção das condições da existência social.

Desse modo, a Educação do Campo, “incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caiçaras, ribeirinhos e extrativistas (Brasil, 2002a, p. 1).” O Campo é um espaço heterogêneo, em que se deve haver propostas pedagógicas que contemplem a diversidade econômica das famílias em atividades agrícolas e não agrícolas, com muitas culturas, com distintos modos de vida e produção. Elas devem estar integradas ao desenvolvimento sustentável e agroecológico, promovendo práticas que assegurem a preservação ambiental e a melhoria das condições de vida no Campo. Logo, a escola do Campo tem a finalidade de contribuir para a transformação social, para o desenvolvimento sustentável e para a inclusão social das populações do Campo.

Educação do Campo
faz parte do território do campo. “No campo”, porque o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive, “do campo”, porque o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação.

LEGISLAÇÃO: **PARECER CNE/CEB 36/2001: Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**

MARCOS NORMATIVOS

Voltar ao índice

2. MARCOS NORMATIVOS

Educação do Campo no Brasil é pautada por uma série de marcos normativos que reconhecem a importância de uma educação contextualizada, respeitando a diversidade cultural e social das populações campesinas. A Constituição Federal de 1988 foi um ponto de partida significativo, ao afirmar a educação como um direito de todos e promover a valorização das culturas locais.

Com a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996, foi estabelecido que os sistemas de ensino devem adaptar a educação básica para a população rural, considerando as particularidades da vida no Campo e de cada região.

É importante ressaltar que a luta pela Educação do Campo é impulsionada pela mobilização da sociedade civil, especialmente por movimentos sociais e sindicais, com o objetivo de reduzir o analfabetismo entre jovens e adultos trabalhadores(as) do Campo. Os movimentos campesinos evidenciaram a necessidade de uma educação inclusiva e de qualidade para as comunidades do Campo, contribuindo para a luta por direitos e cidadania.

Em 2002, a Resolução CNE/CP n° 1 institui as Diretrizes Curriculares Nacionais específicas para as Escolas do Campo. Esse documento orienta a formação de um currículo que respeite a identidade e os saberes locais, promovendo uma formação integral e contextualizada da população campesina.

Desse modo, o Estado incorpora proposições advindas das populações do Campo, assim como dos movimentos sociais por uma Educação do Campo, que defendem como princípio pedagógico que as práticas educativas devem ser constituídas com base no contexto dos sujeitos do Campo e com objetivo de evitar tanto o “urbanocentrismo” quanto o “ruralismo”.



O que é Escola do Campo?

De acordo com o Decreto n° 7.352/2010, art. 1°,§ 1°, inciso II: ela é definida como aquela situada em área rural, conforme estabelecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do Campo.

LEGISLAÇÃO: DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

MARCOS NORMATIVOS

Voltar ao índice

LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E NO ESPIRITO SANTO

Breve linha do tempo



1996

A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL (LDB) (1996) REGULAMENTA A EDUCAÇÃO DO CAMPO, NO ART. 28.

1997

1º Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA)

1998

I Conferência Nacional por uma Educação do Campo

e

Portaria Nº 10: Criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) a partir da Articulação Nacional por uma Educação do Campo.

2001

Parecer Nº 36/2001: Aprovação do texto das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

2002

Resolução CEB/CNE Nº 1: Instituição das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

2004

II Conferência Nacional por uma Educação do Campo: Redação da Carta de Luziânia, consolidando o conceito e os fundamentos da Educação do Campo.

2007

Espírito Santo - Encontro de Movimentos Sociais e do Ministério de Desenvolvimento Agrário: Formação de um Grupo de Trabalho para elaborar um documento e organizar um seminário estadual.

LEGISLAÇÃO: CLIQUE NAS LEIS, PARECERES E RESOLUÇÕES PARA TER ACESSO A ELES

MARCOS NORMATIVOS

Voltar ao índice

LEGISLAÇÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E NO ESPIRITO SANTO

Breve linha do tempo

2008

Resolução CEB/CNE Nº 2: Instituição das Diretrizes Complementares, Normas e Princípios para o Desenvolvimento de Políticas Públicas de Atendimento da Educação Básica do Campo.

Espírito Santo - **Seminário Estadual da Educação do Campo:** Criação do Comitê de Educação do Campo do Espírito Santo (COMECES).

2009

Promulgação da Lei Nº 11.947: Autoriza o poder executivo a instituir o PRONERA, a ser implantado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário e executado pelo INCRA.

2010

Decreto Nº 7.352: Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

2014

Plano Nacional de Educação – PNE, Lei Nº 13.005: A maioria das metas contempla a Educação do Campo; a meta nº 8 é especificamente destinada à Educação do Campo.

Inclusão da Educação dos Povos do Campo nas Normas do Conselho Estadual de Educação: **Resolução Nº 3.777.**

2022

Resolução CEE/ES Nº 6.596: Instituição das Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo

2023

RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 16 DE AGOSTO DE 2023: Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior

LEGISLAÇÃO: CLIQUE NAS LEIS, PARECERES E RESOLUÇÕES PARA TER ACESSO A ELES

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

Voltar ao índice

3. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

O Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a Política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), define no seu art. 2° os seguintes princípios da Educação do Campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo.



LEGISLAÇÃO: DECRETO N° 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

Voltar ao índice

3. PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

Nessa perspectiva, a Educação do Campo deve reconhecer e valorizar a diversidade cultural, política, social e econômica das comunidades campesinas. Isso inclui metodologias e componentes curriculares que valorizem os saberes tradicionais e da cultura local, respeitando as particularidades de cada região. Também deve estar integrada ao desenvolvimento sustentável e agroecológico, promovendo práticas que assegurem a preservação ambiental e a melhoria das condições de vida no Campo. É importante ressaltar a agroecologia como modelo de produção que busca o respeito na relação com a terra, a conscientização ambiental, a proteção à vida e soberania alimentar. Distingue-se assim do agronegócio, que define a terra somente como um lugar de produção de mercadorias, de negócios. Essas são características essenciais para conceber o campesinato e o agronegócio como diferentes modelos de desenvolvimento territorial.

As políticas educacionais do Campo devem garantir o acesso e a permanência dos(as) estudantes no sistema educacional, considerando as dificuldades de deslocamento e outras barreiras que os(as) educandos do Campo podem enfrentar. Além disso, é fundamental a participação ativa da comunidade no processo educativo, garantindo que as necessidades e aspirações dos(as) trabalhadores(as) do Campo sejam contempladas no planejamento e na execução das políticas educacionais.



MATERIAIS DE APOIO: LIVRO EDUCAÇÃO DO CAMPO E AGROECOLOGIA

PRÁTICAS EDUCATIVAS

Voltar ao índice

4. SINGULARIDADES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

Conforme a Resolução CEE N° 3.777/2014, que instituiu as Normas para o Sistema de Ensino do Estado do Espírito Santo, e Resolução CEE-ES N° 6.596/2022, que aprova as Diretrizes Operacionais da Educação do Campo do Estado do Espírito Santo, é específico e obrigatório em todas as escolas do Campo, as seguintes práticas educativas:

- **Ciências Agroecológicas:** conjunto de conhecimentos científicos interdisciplinares, que dialoga com os saberes locais e tradicionais. A agroecologia norteia filosoficamente os(as) estudantes das escolas do Campo. É uma ciência que integra questões ecológicas, econômicas, políticas e sociais, promovendo a sustentabilidade agrícola. A educação em agroecologia, de modo interdisciplinar, articula a natureza ecossistema-agroecossistema-paisagem, o trabalho e a cultura, visando uma formação humana crítica-emancipatória-ecológica e tem como princípios: a proteção de todas as formas de vida, a solidariedade entre os povos, o diálogo entre o saber científico e popular. Eles são estudados em todos os componentes curriculares, mas devem ser enfatizados nas Ciências Agropecuárias e em outros componentes relacionados, tais como Agricultura, Zootecnia, Economia Doméstica e nos outros componentes curriculares na Educação Profissional.

- **Hortas Escolares:** processo pedagógico obrigatório para as escolas do Campo, no qual o(a) estudante pratica os princípios agroecológicos. Assim como espaços produtivos que envolvam a agricultura, e outras formas de plantios (como jardins, hortas suspensas, hortas medicinais, em vasos, entre outras) também podem ser incentivados para colaborar com o contato do(a) estudante com as técnicas de manejo do solo e plantio. Vale ressaltar que toda a comunidade escolar é responsável pela horta, utilizada como laboratório para trabalhar os princípios da Educação do Campo.

- **Pesquisa e Intervenção**: processos pedagógicos interligados que buscam compreender e transformar a realidade das comunidades campesinas, a exemplo do plano de estudo. O objetivo é compreender a realidade em todas as suas dimensões, possibilitando que o(a) estudante e o(a) educador(a) sejam protagonistas na investigação e na busca de respostas em um processo autônomo de produção de conhecimentos. Ele permite que o(a) estudante seja um pesquisador(a) permanente do agroecossistema em que se insere para que intervenha nele a partir dos princípios agroecológicos.

- **Interdisciplinaridade:** processo pedagógico em que a comunidade escolar constrói coletivamente Temas Geradores relacionados às questões da realidade vivida pelos(as) estudantes. Em algumas escolas, também ocorre a interdisciplinaridade nos componentes curriculares por área de conhecimento da Base Nacional Comum (BNC), nas eletivas e na Parte Diversificada.

MATERIAIS DE APOIO: 10 PASSOS PARA CRIAR UMA HORTA ESCOLAR AGROECOLÓGICA

PRÁTICAS EDUCATIVAS

Voltar ao índice

4. SINGULARIDADES DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS

- **Tema Gerador:** eixos temáticos que surgem do contexto local e refletem as necessidades e anseios da comunidade. Eles geram continuamente novos tópicos para investigação e aprofundamento, promovendo um processo contínuo de problematização e diálogo que estimula uma reflexão mais profunda sobre a realidade em relação aos conhecimentos escolares. A transformação da realidade está na condição e na forma que cada sujeito vê o mundo. Do ponto de vista acadêmico, a visão de mundo é um estado de consciência, do momento vivido. “Se o mundo é o mundo das consciências intersubjetivas, sua elaboração forçosamente há de ser colaboração”, (Freire, 2005, p. 17). A produção da consciência do mundo é ,talvez, o grande e espetacular fenômeno humano que a ciência ainda não conseguiu transformar em número ou em lei científica. Na relação homem-mundo se constitui a dialética, cujo processo de conhecimento é mediado pelo trabalho educativo nas escolas. Sendo assim, o Tema Gerador para a Educação do Campo constitui uma estratégia educativa relevante na transformação da realidade e, nessa perspectiva, as situações-limite são, para Freire, os temas geradores trabalhados a partir da vivência do(a) estudante. Com as situações-problema definidas, como por exemplo nos Centros Estaduais Integrados de Educação Rural (Ceiers) que são Agroecologia/Questão Agrária, Água e Solo, no primeiro, segundo e terceiro trimestre, respectivamente, as etapas para definição dos Temas Geradores são planejadas de forma interdisciplinar e usando instrumento de pesquisa que explicita os anseios da comunidade.

- **Economia Solidária**: temática abordada de forma interdisciplinar pelas escolas do Campo, que precisa favorecer os(as) estudantes quanto à realização de práticas experimentais de produção e trocas baseadas no cooperativismo e associativismo. Os(as) estudantes precisam desenvolver as habilidades de autogestão, de participação democrática, cooperação, autossustentabilidade e responsabilidade social, como feiras de troca, que reforcem o fortalecimento comunitário.

- **Autonomia:** A adoção de procedimentos didáticos que valorizem a autonomia dos(as) estudantes, sob a orientação do(a) educador(a), é essencial em todas as etapas da Educação Básica. Essa abordagem estimula práticas que incentivam o protagonismo dos(as) estudantes, não apenas em relação à sua aprendizagem, mas também na gestão da escola e na participação ativa em sua comunidade. Ao promover essa autonomia, os(as) estudantes se tornam agentes de sua própria educação e de sua realidade, contribuindo para a construção de um ambiente escolar mais colaborativo e engajado e para a Formação Integral do sujeito.

CLIQUE PARA IR DIRETO À AUTO-ORGANIZAÇÃO NESTE MATERIAL

MATERIAIS DE APOIO: **TEMA GERADOR COMO UMA PRÁXIS EDUCATIVA NO CEIER DE VILA PAVÃO - ES**

OS SUJEITOS

Voltar ao índice

5. OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Na Educação do Campo é fundamental valorizar os diversos sujeitos que constroem sua existência no contexto campesino. Desse modo, é imprescindível o reconhecimento desses sujeitos como aprendizes e produtores de conhecimento, considerando suas experiências vivenciais como base para a construção do currículo. Os sujeitos da Educação do Campo constituem grupos de diversos contextos, sendo eles: agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, indígenas, os pomeranos e outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural e que tem o território inerente às suas existências. Nessa perspectiva, para compreendê-los, é fundamental entender o significado da terra para eles, em suas múltiplas territorialidades, tanto enquanto lugar de produção, de moradia e de construção de sua cultura, como enquanto fonte de uma identidade ancestral, evidenciada por indígenas e quilombolas.

- **Estudantes:** aqueles(as) que vivem em áreas rurais ou em áreas urbanas ligadas ao contexto campesino e à organização das atividades produtivas com forte conexão com a natureza e as tradições locais. Entre suas atribuições, destaca-se a participação ativa e coletiva, visando ao envolvimento e à coletividade, assim como ao seu próprio desempenho escolar.

- **Professores(as):** Desempenham um papel fundamental na implementação de práticas pedagógicas que respeitam as especificidades do contexto campesino. Entre suas atribuições, destaca-se a participação ativa na elaboração e execução do Plano de Ação da escola, assegurando que este reflita as necessidades e realidades da comunidade local. Estes(as) devem elaborar o Plano de Ensino em consonância com a proposta pedagógica da unidade. Participar das reuniões gerais, do Conselho de Classe e das atividades interdisciplinares é outra atribuição importante, pois permite que o(a) professor(a) contribua para a formação integral dos(as) estudantes e para a melhoria contínua do ambiente escolar. Além disso, o(a) professor(a) deve manter comunicação constante com a equipe gestora, atualizando-a sobre as necessidades e mudanças no planejamento. Desse modo, garante não apenas a execução do currículo, mas também atua como um agente de transformação social, promovendo uma educação que valoriza a cultura e as experiências dos(as) estudantes do Campo, conforme previsto na legislação.



Voltar ao índice

5. OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

- **Professor(a) Coordenador(a) de Área / Técnica:** Considerando a Portaria N° 154-R, de 2020, que disciplina as atribuições dos profissionais que compõem a equipe técnico-pedagógica das unidades escolares públicas estaduais e dá outras providências, o(a) professor(a) Coordenador(a) de área na Educação do Campo é o profissional que atua como coordenador da sua área de conhecimento, articulando os conhecimentos acadêmicos, os costumes e tradições do Campo entre seus pares, estudantes e gestão escolar, desenvolvendo e aprimorando metodologias que facilitam o ensino e a aprendizagem. O(a) professor(a) Coordenador(a) de Curso Técnico na Educação do Campo é o profissional que faz a articulação entre as áreas de conhecimentos, os(as) estudantes e a gestão escolar com o laboratório prático (propriedade) e fomenta as parcerias com a comunidade local e regional. Em colaboração com o corpo docente, o PCA diagnostica dificuldades de aprendizagem dos(as) estudantes e propõe intervenções adequadas à realidade do Campo. Além disso, colabora com articulação entre áreas para o desenvolvimento dos temas geradores.

- **Pedagogo(a) :** Considerando a Portaria N° 154-R, de 2020, o pedagogo é o profissional ocupante do cargo MAPP do quadro do Magistério Público Estadual, designado, na forma da lei, para a elaboração, desenvolvimento, monitoramento e avaliação de todas as atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem e à formação continuada dos(as) professores(as). Vale ressaltar que essa função deve desempenhar um papel de articulação na escola, coordenando a elaboração e avaliação coletivas do Projeto Político- Pedagógico (PPP). Esta função é responsável também por coordenar e assegurar, junto à equipe escolar, o desenvolvimento dos direitos e objetivos de aprendizagem voltado para uma visão de formação humana integral nas escolas do Campo, bem como analisar os indicadores educacionais da unidade escolar, produzir relatórios sobre os resultados dos processos de avaliação e usá-los para fundamentar intervenções pedagógicas voltadas para sua realidade local. Também orienta os(as) professores(as) sobre práticas pedagógicas, destacando as singularidades da Educação do Campo. Por fim, contribui para um acolhimento eficaz dos(as) estudantes, adaptando-se a outras demandas definidas pela direção escolar.



LEGISLAÇÃO: PORTARIA N° 154-R, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020

5. OS SUJEITOS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

- **Diretores(as):** Considerando a Portaria N° 154-R, de 2020, desempenham um papel de organização e direção na gestão das unidades de ensino, sendo responsáveis por coordenar a elaboração e o acompanhamento do Projeto Político-Pedagógico (PPP) e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), especialmente nas escolas que oferecem Ensino Médio Integrado à Educação Profissional. Devem garantir a execução do ciclo de melhoria contínua das ações previstas, promovendo o protagonismo dos(as) estudantes por meio da auto-organização. Além disso, é fundamental monitorar o fluxo escolar, viabilizar a formação continuada da equipe e assegurar um ambiente de aprendizado adequado. A interação com a comunidade e a promoção de parcerias são essenciais para fortalecer o processo educativo, enquanto a avaliação institucional deve envolver toda a comunidade escolar, buscando melhorias contínuas. Por fim, os(as) diretores(as) devem garantir a transparência das informações, divulgar agendas e ementas, e realizar outras atividades conforme necessário para o sucesso da gestão educacional. É fundamental trazer a comunidade campesina para participar dos espaços escolares.
- **Comunidade:** deve estar envolvida nas decisões da escola, contribuindo para a elaboração e implementação do Projeto Político-Pedagógico (PPP), garantindo que as demandas locais sejam atendidas. A comunidade tem o papel de preservar e valorizar suas tradições, saberes e práticas, integrando esses elementos ao processo educativo e enriquecendo a formação dos(as) estudantes. Os membros da comunidade, como mães, pais e responsáveis, são incentivados(as) a participar ativamente do processo de aprendizagem dos(as) estudantes, colaborando com os(as) professores(as) e a gestão escolar.
- **Movimentos Sociais Campesinos:** promovem a conscientização da comunidade sobre a importância da educação e da luta por direitos, mobilizando os membros para a participação ativa na construção de políticas educacionais. Estes direitos estão destacados nas histórias, músicas, nas bandeiras e nas místicas de movimentos. Conforme o Decreto n° 7.352, de 4 de novembro de 2010, é fundamental o controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação dos movimentos sociais do campo.

  A realização de pesquisas para conhecer a identidade dos sujeitos da escola do Campo é a premissa pontuada em documentos legislativos das práticas educativas da rede pública estadual de ensino do Espírito Santo.



LEGISLAÇÃO: **DECRETO N° 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010.**

Voltar ao índice

6. AS OFERTAS ESPECÍFICAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

- **Escolas localizadas em área de Acampamento e Assentamento da Reforma Agrária:** As escolas populares e comunitárias que surgiram no Espírito Santo, nas áreas de assentamentos e acampamentos da reforma agrária, são fruto da mobilização das famílias vinculadas ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. Depois foram institucionalizadas pela rede pública estadual de ensino. São consideradas localizações diferenciadas pelo Censo Escolar, tais como as escolas em área onde se localizam comunidades remanescentes de quilombos e em terras indígenas. As escolas de Acampamento e Assentamento pautam sua organização educativa na práxis educativa que compreende a síntese histórica da construção da educação do MST, tendo como parâmetros do desenvolvimento de seu currículo: a realidade do território camponês; a efetiva participação da comunidade escolar e local na construção de seu Projeto Político-pedagógico, de modo a contemplar as demandas históricas da Reforma Agrária Popular; a relação orgânica entre os espaços educativos do Tempo Comunidade e do Tempo Escola; e a Agroecologia como matriz produtiva.

  As Organizações Curriculares incluem a Ciência Agropecuária (Agroecologia), a Auto-organização e o Plano de Estudo como parte diversificada do currículo, sendo organizadas por áreas de conhecimento, como forma de superação da fragmentação decorrente da organização por disciplinas. E os componentes curriculares organizam os conteúdos científicos a partir de questões inerentes à Reforma Agrária Popular das quais são definidos Temas Geradores, que constituem os eixos curriculares de todas as etapas e modalidades ofertadas nestas instituições escolares.

O que é Plano de Estudo?

É o instrumento de pesquisa ou guia de trabalho para estudar situações problemas da realidade dos estudantes a partir do tema gerador (Gimonet, 2007). A elaboração do conteúdo do plano de estudo deve ser feita em grupo, para deixar que as práticas sejam expressas pelos estudantes: suas experiências, seus conhecimentos, suas interrogações. Deve-se permitir que eles tomem consciência das questões que surgem. Depois de se fazer a investigação empírica na comunidade, passa-se para a colocação em comum, em que cada estudante compartilha a pesquisa para se fazer uma única síntese.



Voltar ao índice

6. AS OFERTAS ESPECÍFICAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

- **Escolas Organizadas por meio da Pedagogia da Alternância:** Muitas escolas da rede estadual adotam a Pedagogia da Alternância para integrar a educação formal com a prática comunitária e familiar, fortalecendo o vínculo dos(as) educandos(as) com sua realidade e com as questões agrárias relativas ao direito à permanência no Campo. A metodologia promove a integração entre o conhecimento empírico e o científico, incentivando uma visão crítica da realidade dos(as) estudantes. A interdisciplinaridade é promovida por meio dos Temas Geradores e/ou das disciplinas organizadas por áreas do conhecimento. Além do Plano de Estudo, as escolas utilizam outros instrumentos pedagógicos, tais como o Plano de Formação, a Colocação em Comum, o Caderno da Realidade, as Atividades Vivenciais e as Visitas às Famílias, entre outras.

CLIQUE PARA IR DIRETO À PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NESTE MATERIAL

O que é Caderno da Realidade?

Instrumento pedagógico que engloba o conjunto das observações, análises e reflexões construído ao longo da formação do estudante. Conforme Gimonet (2007), o Caderno da Realidade desenvolve-se no espaço-tempo da formação em quatro fases: 1. plano de estudo; 2. durante a estadia na comunidade e/ou no meio profissional, a realização e a expressão, por cada um, das pesquisas e estudos; 3. ao voltar para a escola, acontece a apreciação dos professores do documento escrito e seu melhoramento; 4.formatação do estudo, ou seja, sua transcrição como também sua ilustração para construir um documento personalizado de qualidade, a ser considerado como a “obra-prima” agradável ao olhar e a ser conservado cuidadosamente. A colocação em comum constitui seu prolongamento normal bem como a visita de estudo e as “aulas teóricas”.



Voltar ao índice

LEGISLAÇÃO: DIRETRIZES CURRICULARES DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

OFERTAS

Voltar ao índice

6. AS OFERTAS ESPECÍFICAS NA REDE ESTADUAL DE ENSINO

- **Centros Estaduais Integrais de Educação Rural**: Os Centros Estaduais Integrados de Educação Rural (CEIER) foram estabelecidos pela Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo em 1982, inicialmente em Boa Esperança e, em 1983, Vila Pavão e Águia Branca. Esses centros foram criados como uma resposta ao contexto do êxodo rural, fomentado pela seca e o agronegócio. Eles adotam os princípios da agroecologia para atenderem ao Ensino Fundamental Anos Finais e Ensino Médio Técnico em Agropecuária. A abordagem pedagógica foi construída ao longo desses anos, envolvendo a comunidade local e dialogando com conhecimentos regionais, por meio do método Ver, Julgar, Agir e Celebrar. As práticas incluem a interdisciplinaridade, centrada em Temas Geradores trimestrais, que promovem uma aprendizagem contextualizada com a realidade dos(as) estudantes. As UDEPs (Unidades de Demonstração, Experimentação e Prática) são fundamentais como sala de aula/laboratório, para desenvolvimento das atividades pedagógicas. Além disso, o CEIER realiza atividades práticas e promove parcerias com a comunidade e famílias, buscando soluções coletivas para os desafios do Campo e integrando a prática pedagógica à realidade camponesa. As UDEP’s são áreas onde educandos(as) e professores(as) se integram na busca de alternativas viáveis à agricultura familiar, operacionalizando a interdisciplinaridade desenvolvida através dos Temas Geradores. Estas Unidades funcionam como laboratórios dentro das propriedades, integrando a Base Nacional Comum, Parte Diversificada e Formação Técnica. Isso se dá através do planejamento coletivo semanal. As UDEP’s são as principais ferramentas metodológicas utilizadas no processo de aprendizagem prático. A efetuação, a comparação e observação de diversos dados e situações ali implementadas preocupam-se com a identificação e interação entre os organismos vivos (controle biológico); as características físicas, químicas e biológicas do solo; conhecimento, relação e utilização dos insumos naturais; uso eficiente da água na irrigação; aprimoramento nos procedimentos básicos de cultivo; utilização e/ou benefício de diversas ervas medicinais; poder alelopático e repelente de algumas plantas; valor nutricional e forma de comercialização dos produtos agroecológicos; entre outros. Há, ainda, os processos de beneficiamento de produtos de origem vegetal e animal, bem como atividades artesanais realizados no setor de Economia Doméstica. Ressaltando que o saber dos(as) “alunos(as)-agricultores(as)” neste processo é valorizado durante os trabalhos práticos.



ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Voltar ao índice

7. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Currículo do Ensino Fundamental na Educação do Campo é constituído pela Formação Geral Básica, conforme BNCC, e pela Parte Específica. Além disso, os Anos Finais apresentam componentes relacionados à Educação em Tempo Integral.
O Currículo do Ensino Médio na Educação do Campo é constituído pela Formação Geral Básica (FGB) e pelo Itinerário Formativo (IF), com os Componentes Específicos e Integradores. A distribuição das aulas é organizada de forma Integradora, valorizando a Interdisciplinaridade e os Temas Geradores para fortalecer os princípios da Educação do Campo.
A Parte Específica da modalidade, de acordo com a etapa, pode ser constituída pelos seguintes Componentes Curriculares Específicos:

Ensino Fundamental Anos Iniciais:

- Ciências Agropecuárias
- Plano de Estudo e Auto-organização
- Educação Familiar e Práticas na Propriedade/Atividades Integradoras
- Vivência e Prática em Linguagens do Campo
- Jogos e Brincadeiras do Território

Ensino Médio

- Ciências Agropecuárias
- Projeto de vida (Caracterizado para a Educação do Campo)
- Eletivas (Caracterizadas para a Educação do Campo)

Ensino Fundamental Anos Finais:

- Ciências Agropecuárias
- Plano de Estudo e Auto-organização
- Agricultura (Agricultura I - Horticultura; Agricultura II - Fruticultura; Agricultura III - Culturas Anuais e Perenes)
- Economia Doméstica
- Zootecnia
- Projeto de vida (Caracterizado para a Educação do Campo)
- Eletivas (Caracterizadas para a Educação Educação do Campo)

As unidades escolares que ofertam o Ensino Médio Integrado à Educação Profissional obedecem às organizações curriculares aprovadas por resolução do Conselho Estadual de Educação do Espírito Santo (CEE/ES). Importante destacar que a escolha do curso ou do programa de Educação Profissional e Tecnológica direcionado para as populações do Campo deverá estar sustentada nos princípios da Educação do Campo contidos nas Diretrizes.

MATERIAIS DE APOIO: PROJETO DE VIDA NA EDUCAÇÃO DO CAMPO; BERÇÁRIO DE ELETIVAS; EMENTAS

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Voltar ao índice

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

JORNADA DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO (JPP)

A JPP é o momento em que os profissionais da educação se reúnem para planejar o ano letivo, com o propósito de promover uma melhor organização e desenvolvimento do trabalho pedagógico. Elas ocorrem trimestralmente e em todas elas haverá um momento para tratar as questões da modalidade Educação do Campo:

Recomendações Gerais

- Utilize neste momento as propostas de Acolhimento referentes à Educação do Campo no material de apoio;
- As jornadas de planejamento são importantes para construir e realinhar o Plano de Ação da Escola e Planos de Ensino dos Professores . É importante que eles estejam alinhados com o Projeto Político-Pedagógico da escola e com os princípios, práticas e metodologias da Educação do Campo; entre as ferramentas metodológicas, recomendamos o uso do Inventário da Realidade.
- Importante, também, é a apropriação e a realização de análises sobre os dados referentes aos resultados atingidos pela escola nas avaliações externas, como o Enem (Exame Nacional do Ensino Médio), o Saeb (Sistema de Avaliação da Educação Básica), o Paebes (Programa de Avaliação da Educação Básica do Espírito Santo), a AMA (Avaliação de Monitoramento da Aprendizagem) e as avaliações específicas para o 2° Ano do Ensino Fundamental: as Afas (Atividades de Fortalecimento da Aprendizagem) e o Indicador de Fluência Leitora.

Primeira JPP

Tema: Estudo das Diretrizes Pedagógica e Operacionais da Educação do Campo de 2025

Na primeira Jornada de Planejamento Pedagógico, as escolas do Campo precisam estudar e refletir sobre os princípios e objetivos fundamentadores da modalidade, bem como sobre as principais bases legais que a sustentam. Nesse sentido, recomendamos o estudo das Diretrizes, principalmente sobre os pressupostos, marcos normativos, práticas singulares e obrigatórias da Educação do Campo, bem como os sujeitos que a compõem. Neste momento, é importante fazer um levantamento de quais práticas a escola faz e como pode melhorá-las; quais sujeitos são responsáveis por elas; como elas contribuem com o ensino aprendizagem dos(as) estudantes.

Para organizar este momento, sugerimos o uso da tabela: Atividade do Primeiro JPP.

MATERIAL DE APOIO: DOCUMENTOS CURRICULARES

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Voltar ao índice

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

JORNADA DE PLANEJAMENTO PEDAGÓGICO (JPP)

Segunda JPP

Tema: Metodologias da Educação do Campo

Na segunda jornada, é importante fazer uma análise dos avanços das práticas educativas. Para isso, caso tenha sido feita atividade do Primeiro JPP, deve-se retornar a ela para preencher a situação no momento da Segunda JPP. Neste planejamento recomendados o estudo mais aprofundado do item 8, Organização do Trabalho Pedagógico na Educação do Campo, principalmente nas questões das metodologias, referentes ao Inventário da Realidade, no material de apoio.

No caso das escolas que adotam a Pedagogia da Alternância, podem se atentar mais a este tópico em específico.

Terceira JPP

Tema: Agroecologia e Currículo Integrado

Na terceira jornada, é importante continuar a análise dos avanços das práticas educativas. Para isso, caso tenha sido feita atividade da Primeira JPP, deve-se retornar a ela para preencher a situação no momento atual. Nesse terceiro planejamento recomendamos o estudo mais aprofundado do material de apoio: Agroecologia e as Práticas Agroecológicas.
Recomendados que a equipe faça a atividade da terceira JPP, em que faz a integração do currículo da rede estadual com os temas geradores desenvolvidos pela escola,

MATERIAL DE APOIO: AGROECOLOGIA E AS PRÁTICAS AGROECOLOGICAS

ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO

Voltar ao índice

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

Para as escolas do Campo, o PPP deve caracterizar os povos do Campo e os modos que se relacionam com a natureza e com o trabalho na terra, contemplando, assim, uma concepção política pedagógica pensada nas condições de existência social da comunidade local. Ele é um instrumento fundamental para nortear as práticas educativas centradas no desenvolvimento do campo, da comunidade, dos seus discentes e docentes. O momento de elaboração do PPP é fundamental para trabalhar a identidade própria da escola, a partir da memória coletiva das populações campesinas e de uma visão positiva, realista e digna delas.

INVENTÁRIO DA REALIDADE

O Inventário da Realidade é uma ferramenta pedagógica utilizada na Educação do Campo para mapear e compreender a realidade dos(as) estudantes e das comunidades. Esse inventário busca coletar informações sobre as condições de vida, cultura, saberes e desafios enfrentados pelos sujeitos do campo.
Ao identificar esses aspectos, o Inventário permite que educadores(as) e os(as) estudantes reconheçam suas próprias vivências e potencialidades, promovendo um currículo contextualizado e relevante. O objetivo é fomentar a construção do conhecimento de forma coletiva, valorizando as experiências locais e contribuindo para a transformação social das comunidades.
O inventário é visto como um processo dinâmico que deve ser continuamente atualizado, permitindo que a escola não apenas colete informações, mas também se torne uma referência para a comunidade, fortalecendo a conexão entre a educação, a comunidade e a realidade local. Através do inventário, busca-se garantir uma educação emancipatória, articulando trabalho, conhecimento e práticas educativas que reflitam a vivência local. Deve ser utilizado para a pesquisa e intervenção na realidade comunitária.



MATERIAL DE APOIO: INVENTÁRIO DA REALIDADE: GUIA METODOLÓGICO PARA USO NAS ESCOLAS DO CAMPO

Voltar ao índice

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

MÍSTICA

A Mística na Educação do Campo é uma expressão da cultura, arte e valores que fundamentam essa abordagem educativa, promovendo um sentido de pertencimento e identidade entre a comunidade escolar. Ela se manifesta através da valorização da cultura local, da conexão com a terra e na organização de momentos de coletividade, como encontros e celebrações. A mística é um recurso pedagógico que inspira esperança, reflexão e solidariedade, consolidando a identidade coletiva dos(as) camponeses(as) e fortalecendo seu compromisso com a luta por direitos. Dessa forma, a mística contribui para a ressignificação do conhecimento e a construção de uma educação que respeita e valoriza as particularidades da vida no Campo.





O que é Mística?

A mística, neste entendimento, é a espiritualidade que acolhe e se expressa por meio da experiência do mistério vivido concretamente. Ela dá sentido à continuidade do existir como mediação para a realização do projeto real e metafísico [...]. As qualidades particulares ou habilidades próprias de cada indivíduo são colocadas a serviço da coletividade e tornam-se contribuições identificadas com cada tipo de sujeito. (CALDART, 2013 apud BOGO, 2013, p. 473).



MATERIAL DE APOIO: DIRETRIZES ACOLHIMENTO INCIAL 2025

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

A Pedagogia da Alternância é um modelo educativo que visa atender as comunidades do campo, do cerrado, dos rios, das florestas e de outros biomas, além de áreas urbanas específicas. As escolas que adotam essa abordagem devem levar em conta as particularidades das comunidades atendidas, considerando suas atividades laborais, sistemas produtivos, modos de vida, culturas, tradições, saberes e biodiversidade. Portanto, a Pedagogia da Alternância é um método pedagógico estruturado que vai além da simples alternância de períodos. A partir de seus elementos estruturais e mediações, é uma pedagogia que entende que a todo momento o ser humano pode se formar, logo tenta pensar em todos os tempos, espaços e saberes entre escola, família e comunidade para desenvolver criticamente a teoria e a prática, permitindo a aplicação do conhecimento no cotidiano.

Conforme posto em portaria, os(as) professores(as) que atuam nas escolas estaduais do Campo que utilizam princípios e instrumentos da Pedagogia da Alternância possuem uma carga horária de até cinco horas semanais de Integração. Esse benefício inclui professores(as) regentes, efetivos ou contratados, de todos os componentes curriculares, bem como aqueles(as) que atuam em Atendimento Educacional Especializado (AEE) nessas escolas. As horas de Integração têm como objetivo apoiar o desenvolvimento de instrumentos pedagógicos fundamentais, como o Plano de Estudo, Temas Geradores, Caderno de Acompanhamento, Caderno da Realidade, Visitas às Famílias, Visitas de Estudos e Reuniões Semanais da Equipe, fortalecendo a vinculação entre a escola e a realidade do estudante do campo.



Voltar ao índice

Voltar à página 23

MATERIAL DE APOIO: O PRATICAR E COMPRENDER EM ALTERNÂNCIA

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA

- **Plano de Estudo:** O Plano de Estudos é um guia de ações elaborado em conjunto por professores (as) e estudantes com temas vinculados ao cotidiano do discente, tornando-se o eixo central da aprendizagem.

- **Caderno de Acompanhamento:** O Caderno de Acompanhamento é o instrumento pedagógico que facilita a comunicação entre os estudantes, professores (as) e a família possibilitando o vínculo entre os diferentes espaços e tempos de formação.

- **Caderno da Realidade:** O Caderno da Realidade é o instrumento de registro dos conhecimentos, informações, experiências adquiridos na escola e na família com o objetivo de sistematizar a pesquisa e as reflexões. Este instrumento permite relacionar o estudante e a comunidade com a sua própria história e vivências.

- **Visita às Famílias:** As visitas às famílias são importantes para conhecer a realidade do estudante e a comunidade a qual ele (a) faz parte. É na sessão familiar que se estreita o contato direto entre os professores (as) e a família dos estudantes. Dessa forma, a visita amplia as relações de confiança e a participação dos pais/responsáveis no processo de aprendizagem e formação dos educandos.

- **Visita de Estudos:** As visitas ou viagens de estudos tem como objetivo proporcionar aos estudantes experiências práticas em ambientes diversos, promovendo a troca de experiências e o contato com diversas realidades.

- **Reunião Semanal da Equipe:** A reunião semanal de equipes é o momento dos professores planejarem as atividades da semana por área de conhecimento ou de forma geral. Nesse momento de equipe, é fundamental também a gestão pedagógica para avaliar junto com os professores o avanço do plano de estudos, visitas, palestras e os instrumentos de acompanhamento dos estudantes e definirem os encaminhamentos pedagógicos.



Voltar ao índice
Voltar à página 18

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

AUTO-ORGANIZAÇÃO

"O respeito à autonomia e à dignidade de cada um é um imperativo ético e não um favor que podemos ou não conceder uns aos outros".
Paulo Freire

Auto-organização é uma mediação pedagógica que busca desenvolver a autonomia, o protagonismo e a coletividade entre os(as) estudantes, entendendo o trabalho como um princípio educativo fundamental para o desenvolvimento integral. Essa abordagem permite que os(as) estudantes participem ativamente na organização de suas atividades, como assembleias e divisão de tarefas, promovendo o espírito de cooperação e solidariedade. O trabalho é visto não apenas como um meio de atender às necessidades, mas como um direito que possibilita a criação e a manutenção da vida. Assim, a auto-organização vai além de uma simples atividade, é um processo que envolve todos(as) os(as) participantes, educadores(as) e educandos(as), em um esforço conjunto para transformar a realidade, permitindo que os(as) estudantes se tornem sujeitos sociais e agentes ativos de sua educação e de seu processo e ambiente.



Voltar ao índice

MATERIAL DE APOIO: GUIA DO ESTUDANTE - JOVENS PROTAGONISTAS; GUIA DA GESTÃO ESCOLAR - JOVENS PROTAGONISTAS

Voltar ao índice

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Para um entendimento das especificidades da Educação do Campo, a legislação aponta a necessidade de formação continuada de profissionais docentes e não docentes que atuam nas escolas campesinas. Logo, há necessidade de formação de todos(as) os(as) trabalhadores(as) vinculados(as) às escolas do Campo, inclusive dos condutores e acompanhantes nos veículos que fazem o transporte escolar e dos responsáveis pelo preparo da alimentação escolar. A formação continuada dos(as) professores(as) é um dos pilares para a melhoria da qualidade da educação nas escolas do Campo. No Espírito Santo, programas de formação continuada têm sido implementados em parceria com universidades e outras instituições, visando capacitar os(as) educadores(as) para lidar com as especificidades do ensino do Campo. Atualmente, uma importante oferta de formação para os professores do Campo é o Programa Escola da Terra. É uma formação oferecida pelo Ministério da Educação, em parceria com a Universidade Federal do Espírito Santo e a Secretaria de Estado de Educação (Sedu), com o objetivo de promover a formação continuada de professores(as) que atuam em escolas do Campo.

O Centro de Formação dos Profissionais da Educação do Espírito Santo (Cefope) da Sedu tem por objetivo central implementar de forma sistemática a política de formação continuada destinada aos profissionais da educação das redes estadual e municipais de ensino do Espírito Santo. Além disso, busca fomentar a integração entre pesquisa acadêmica e a prática escolar, através da expedição da declaração de autorização de pesquisa que envolva unidades escolares, superintendências de educação e a própria unidade central.

MULTISSERIAÇÃO

A multisseriação é uma prática de organização pedagógica adotada na Educação do Campo, permitindo que estudantes de diferentes idades e séries compartilhem o mesmo espaço de aprendizagem, especialmente em comunidades campesinas com um número reduzido de estudantes. Essa abordagem, embora desafiadora, possibilita a integração dos saberes locais ao currículo escolar, fortalecendo a ligação entre a escola e a realidade do campo. Para tanto, o professor deve adotar métodos pedagógicos flexíveis que atendam à diversidade de sujeitos e os níveis de conhecimentos e experiências dos estudantes, promovendo a cooperação e o aprendizado coletivo.

Esse modelo educativo valoriza a cooperação entre estudantes de diferentes faixas etárias e incentiva a troca de saberes, com estudantes mais experientes auxiliando os mais novos, o que contribui para um ambiente de aprendizado colaborativo. Com estratégias como planejamento por temas integradores, atividades em rotação e projetos interdisciplinares, a multisseriação se torna uma ferramenta eficaz de inclusão, assegurando que a educação no campo respeite e valorize as especificidades e os valores culturais das comunidades campesinas.

Voltar ao índice

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS DO CAMPO



A Educação do Campo tem forte conexão com o território e os princípios agroecológicos, promovendo práticas que assegurem a preservação ambiental e a melhoria das condições de vida no Campo. Por isso, quando aplicável, além da horta escolar, é necessário outros espaços de aprendizagem para garantir uma prática pedagógica que dialogue com a agroecologia e possibilite uma aprendizagem significativa , tais como:

- **Áreas experimentais:** espaços na escola ou na comunidade vizinha que podem ser utilizados para compostagem, cultivos experimentais (Jardins, ervas medicinais, viveiros, etc.), criação de animais, sistemas de captação de água, entre outros.
- **Biblioteca com acervo específico:** Livros, materiais didáticos e literários que abordam temas relacionados à agroecologia, agricultura familiar, cultura local e desenvolvimento sustentável, biomas locais, educação das relações étnico-raciais, entre outros.
- **Laboratório de ciências naturais e agroecologia:** Equipado para a realização de experimentos práticos relacionados ao solo, cultivo, biologia e outros aspectos naturais da produção rural.
- **Laboratório para práticas de soberania alimentar e economia solidária:** Área com uma cozinha para preparo e produção de atividades práticas, que engloba questões da Economia Solidária, Economia Doméstica e Soberania Alimentar.









8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM NAS ESCOLAS DO CAMPO

A Educação do Campo reconhece como espaços educativos diversos locais, não apenas na Escola, mas também os ambientes de trabalho próprios da comunidade local, seu ambiente natural, seus espaços culturais, artísticos e de lazer, entre outros.
Para isso, é necessário criar parcerias e espaços formativos, para realizarem atividades práticas como visitas de estudo, palestras, cursos e oficinas para toda a comunidade escolar. A parceria entre escola e família é crucial para a qualidade da educação. Para construir soluções pensadas coletivamente para questões concretas e complexas referente ao Campo, as parcerias colaborativas, interinstitucionais e com sujeitos interessados na educação são fundamentais.







Voltar ao índice

Voltar ao índice

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

EDUCAÇÃO ESPECIAL NAS ESCOLAS DO CAMPO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, através da publicação da Lei Federal N° 9394, de 20 de dezembro de 1996, define a educação especial como uma modalidade de educação escolar que atravessa todos os níveis, etapas e modalidades de educação e ensino, oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação (BRASIL, 1996). Buscando estabelecer diretrizes para o desenvolvimento de políticas públicas nessa área, a Resolução CNE/CEB n° 2/2008 reforça os objetivos da Educação do Campo com a universalização do acesso, permanência e sucesso do Campo.

A Educação Especial das escolas do Campo é um compromisso com a inclusão e o respeito à diversidade no meio campesino, atendendo às necessidades específicas de estudantes com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. Em sintonia com as especificidades da Educação do Campo, ela valoriza o contexto local, as práticas culturais e a participação das comunidades. No contexto campesino, os desafios de acessibilidade física, recursos e formação de profissionais especializados são ampliados, exigindo estratégias pedagógicas adaptadas e uma abordagem interdisciplinar que inclua saberes locais e as metodologias próprias. A Educação Especial do Campo, portanto, vai além do acesso à escola: ela busca criar uma escola inclusiva que respeite as potencialidades de cada estudante e valorizar a diversidade como um aspecto essencial para a construção de uma sociedade mais justa.



MATERIAL DE APOIO: EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO – SUJEITOS, MOVIMENTOS E INTERFACES

Voltar ao índice

8. ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DO CAMPO

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NAS ESCOLAS DO CAMPO

O Decreto nº5.389-R, de 09 de maio de 2023, institui o Programa de Educação das Relações Étnico-Raciais - ProERER no âmbito da rede escolar pública estadual, com o objetivo de contribuir com a melhoria dos resultados de aprendizagem, a partir da inserção de ações afirmativas para a educação das relações étnico-raciais. Analisando o Censo Escolar referente ao ano de 2023, ao racializarmos as matriculas, percebemos que a maioria dos estudantes que frequentam as escolas do campo da rede pública estadual do Espírito Santo são negros (61% do total).

No entanto, ao analisar os dados do Paebes, a maioria dos estudantes brancos performaram melhor, tanto no desempenho considerado “avançado” quanto no “proficiente”, ao passo que os níveis de desempenho “básico” e “abaixo do básico” tem o número crescente dos estudantes pretos, pardos e indígenas. Estes dados são reflexos das profundas desigualdades raciais em relação ao acesso a terras, onde pretos e pardos são invisibilizados em detrimento de fatores históricos de marginalização. Conforme estudo levantados por Girardi (2022, p. 30), ao analisarmos o analfabetismo no Campo, em um recorte étnico-racial: 11% dos brancos são analfabetos e entre os negros essa porcentagem é de 20,7%. Constatar essa desigualdade educacional é de extrema importância para um trabalho pedagógico que intensifique as ações de equidade direcionada ao público desfavorecido, a fim de garantir que o direito à qualidade da educação que está sendo ministrada nessas escolas abranja todos, sem exceção.



MATERIAL DE APOIO: GEACIQ INDICA CAMPO - QUILOMBOS: A RESISTÊNCIA E A LUTA PELA TERRA DE COMUNIDADES NEGRAS RURAIS DO ESPÍRITO SANTO

GESTÃO

Voltar ao índice

9. GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

Os gestores tem diversas responsabilidades que envolvem a gestão pedagógica, gestão administrativa e financeira e gestão comunitária da unidade escolar. Essas responsabilidades podem ser agrupadas em diferentes dimensões de trabalho, que são essenciais para garantir o bom funcionamento da escola e a qualidade do ensino. As principais dimensões de trabalho de um gestor escolar são:

GESTÃO PEDAGÓGICA

A gestão pedagógica nas escolas do campo no Espírito Santo envolve uma abordagem integrada que busca respeitar e valorizar as especificidades da realidade campesina. Também é fundamental acompanhar de perto a avaliação da escola, tanto por meio das avaliações internas quanto externas, como o IDEB, para identificar áreas que precisam de melhorias e implementar ações corretivas contínuas. O monitoramento de indicadores educacionais, como taxas de aprovação, evasão escolar e o desempenho dos estudantes em avaliações externas, deve ser uma prática constante para garantir a qualidade do ensino.

O gestor escolar pode encontrar desafios significativos, como a necessidade de investimentos em infraestrutura, formação continuada de professores para atender às especificidades do campo, e a evasão escolar, muitas vezes causada pela necessidade de trabalho precoce dos jovens e pela desvalorização dos estudos. A partir do levantamento dessas fragilidades, a gestão, juntamente com o corpo docente e a comunidade, podem desenvolver projetos, alinhados às necessidades dos estudantes, abordando áreas como cultura, trabalho, esporte, meio ambiente e inclusão. Para isso, as escolas do Campo apresentam diversas potencialidades, como a contextualização do currículo, que integra saberes tradicionais e científicos, e o fortalecimento da identidade campesina, valorizando a cultura e o modo de vida local.



LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO CEE-ES Nº. 6.596/2022

9. GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO



É preciso ter esperança, mas esperança do verbo esperançar;
porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E
esperança do verbo esperar não é esperança, é espera.
Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é
construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante,
esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo.
Paulo Freire

GESTÃO DE PESSOAS E DO RELACIONAMENTO COM A COMUNIDADE

Uma das grandes potencialidades das escolas do Campo é a participação efetiva da comunidades campesina. Para isso, a gestão democrática é essencial, pois permite uma gestão compartilhada, que envolva decisões coletivas e a troca constante de perspectivas, fundamental para a construção de uma educação alinhada às necessidades locais. Esse modelo, que estabelece mecanismos como conselhos escolares, comitês e assembleias comunitárias para promover a participação efetiva de todos, fortalece a autonomia da escola e o compromisso com o projeto pedagógico. A auto-organização dos estudantes também na gestão da escola é um dos pilares fundamentais para desenvolver o protagonismo juvenil.

Para construir soluções pensadas coletivamente para questões concretas e complexas referente ao campo, as parcerias colaborativas, interinstitucionais e com sujeitos interessados na educação são fundamentais. A parceria ocorre quando a escola, mediada pelo poder público, se sente desafiada a trabalhar em colaboração com outros setores da sociedade e com outras instituições para promover projetos de impacto local e agroecológico. Além dos movimentos sociais, as cooperativas, sindicatos, universidades e associações que se fazem presentes na organização rural podem ser estratégicas para a práxis educacional transformadora nos territórios camponeses.

Voltar ao índice

MATERIAL DE APOIO: MANUAL DE GESTÃO

9. GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

A gestão financeira da Educação no Campo é regida por diretrizes específicas que reconhecem as particularidades desse contexto, como a densidade demográfica, a relação professor/aluno e as necessidades de infraestrutura e transporte. Estabelecidas pela Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002, as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo destacam a importância de um financiamento diferenciado para garantir a qualidade do ensino nas zonas rurais, com valores maiores do que os aplicados nas áreas urbanas, de acordo com a legislação vigente. A distribuição dos recursos do Fundeb, por exemplo, considera as especificidades do atendimento escolar no campo, como a necessidade de materiais didáticos e equipamentos adequados, além das condições de deslocamento para estudantes e professores quando não for possível atender nas próprias comunidades. Essas medidas visam garantir uma educação mais equitativa e de qualidade para os estudantes do campo, respeitando suas realidades locais e as exigências do contexto local.

- **Transporte Escolar**: Se houver a necessidade de deslocamento dos(as) estudantes, é fundamental respeitar o princípio do "campo para o campo", assegurando que o poder público regularmente forneça transporte escolar gratuito e adequado para os(as) estudantes. Além disso, enfatiza que o transporte de estudantes da Educação Infantil e dos primeiros anos do Ensino Fundamental deve contar, obrigatoriamente, com um acompanhante, além do condutor, conforme os critérios do DETRAN/ES.



Voltar ao índice

LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO CNE/CEB 1

LEGISLAÇÃO: RESOLUÇÃO CEE Nº 3.777/2014

GESTÃO

Voltar ao índice

9. GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA



Quando nossos antepassados antropoides saíam a recoletar frutos, sementes, caças e peixes não comiam individualmente. Tomavam os alimentos e os levavam ao grupo. E aí praticavam a comensalidade, o que significa: distribuíam os alimentos entre si e comiam-nos comunitariamente. Esta comensalidade permitiu o salto da animalidade em direção à humanidade. Essa pequena diferença faz toda uma diferença.

Leonardo Boff

- **Alimentação Escolar:** Garantir uma alimentação escolar de qualidade envolve diversas ações fundamentais, como assegurar condições adequadas de preparo, armazenamento e distribuição dos alimentos. É essencial respeitar a cultura alimentar das comunidades, priorizando a aquisição de produtos locais, preferencialmente livres de agrotóxicos, e consumindo alimentos de fora apenas quando as opções locais estiverem esgotadas. Para isso, é importante divulgar editais que permitam a participação das comunidades camponesas, respeitando os ciclos agrícolas. Além disso, a assistência de nutricionistas na elaboração dos cardápios escolares e a implementação de hortas escolares contribuem para a formação de hábitos alimentares saudáveis, complementando a alimentação dos(as) estudantes e promovendo uma conexão mais forte entre a escola e a comunidade.
  Nos momentos de alimentação apreendem conhecimentos fundamentais de convivência, solidariedade, respeito, serviço, boas maneiras, hábitos saudáveis de alimentação e higiene.

MATERIAL DE APOIO: EDUCAÇÃO DO CAMPO, SOBERANIA ALIMENTAR E AGROECOLOGIA

9. GESTÃO DA EDUCAÇÃO DO CAMPO

CONSÓRCIOS NAS ESCOLAS DO CAMPO

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 1/2002 e a Resolução CNE/CEB nº 2/2008, é imperativo que a organização e o funcionamento das escolas do campo, o que inclui todo processo de planejamento e execução pedagógicos, respeitem as diferenças e especificidades entre as populações atendidas, contemplando a diversidade quanto às atividades econômicas, ao estilo de vida, cultura, tradições, buscando estimular a participação comunitária, como consta no art.10 da Resolução CNE/CEB nº 1/2002.
Conforme a Portaria nº.075-R, de 29 de fevereiro de 2024, o Diretor das escolas Consorciadas, enquanto profissional efetivo da rede pública estadual de educação (MAPA, MAPB, MAPP), deve desempenhar, além das funções previstas no art.5º da Portaria nº.154-R, de 17 de dezembro de 2020, as seguintes funções:

- articular, coordenar, supervisionar as atividades pedagógicas, administrativas e financeiras desenvolvidas na unidade escolar (art. 2º);
- se deslocar entre as unidades consorciadas (art. 3º);
- elaborar o Plano de Ação da Unidade Escolar referente a cada uma das unidades abrangidas pelo Consórcio (inciso 1º, art.2º);
- administrar a carga horária a fim de atender, presencialmente, cada uma das unidades escolares consorciadas, de forma que o tempo despendido entre elas seja o mesmo. Dessa forma, cada unidade será atendido, pelo menos, (01) uma vez por semana (inciso 2º, art.3º);
- seguir as orientações contidas na Portaria nº.133-R, de 13 de junho de 2022, que dispõe sobre o repasse de recursos financeiros de natureza de custeio do PROGEFE aos Conselhos de Escola (inciso 1º, art.4º).
- apresentar mensalmente ao Conselho de Escola, (conforme consta no inciso 2º e 3º, art. 4º) por meio de notas fiscais, os gastos com combustível, juntamente com o relatório e o histórico de viagens.



Voltar ao índice

REFERÊNCIAS BIBLIORÁFICAS

Voltar ao índice

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOFF, Leonardo. **Comensalidade:** Passagem do animal ao humano. Disponível em: https://www.ihu.unisinos.br/noticias/514527-comensalidade-passagem-do-animal-ao-humano. Acesso: 17/10/2024

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação (MEC). **Lei nº 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 09 de abril de 2024.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. Plano Nacional de Educação PNE 2004-2014. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em 15 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. RESOLUÇÃO Nº 4, DE 30 DE OUTUBRO DE 2023. **Diário Oficial da União**, Edição 207-B, Brasília, Seção: 1, 31 de out.

BRASIL. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária –PRONERA. **Diário Oficial da União**, Brasília, Seção 1, 5 nov. 2010.

BRASIL. Resolução CNE/CEB 2/2008. Estabelece diretrizes complementares, normas e princípios para o desenvolvimento de políticas públicas de atendimento da Educação Básica do Campo. **Diário Oficial da União**, Brasília, 29 de abril de 2008, Seção 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer referente às Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Parecer 36/2001, de 04 de dezembro de 2001. Relator: Edla de Araújo Lira Soares. **Diário Oficial da União**, Brasília, , Seção 1, p. 11, 2002a. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECEBN362001.pdf?query=escolas%20do%20campo. Acesso em 15 de abril de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB 1/2002. **Diário Oficial da União**, Brasília, 9 de abril de 2002b. Seção 1, p. 32

ESPÍRITO SANTO. Conselho Estadual de Educação. **Resolução nº 3.777, de 8 de maio de 2014**. Fixa normas para a Educação no Sistema de Ensino do Estado do ES, e dá outras providências. Vitória: SEDU, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a pedagogia da alternância dos CEFFAs.** Petrópolis-RJ: Vozes, 2007

